

a partir de 4 de Dezembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Dezembro de 2006. — O Director da Unidade de Administração e de Recursos Humanos, *Clemente Galvão*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte

Sub-Região de Saúde de Braga

Aviso n.º 13 740/2006

Concurso interno geral de acesso para provimento na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de serviço social

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do coordenador da Sub-Região de Saúde de Braga de 23 de Outubro de 2006, no uso de competência delegada, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de serviço social no quadro de pessoal do Centro de Saúde das Taipas, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, publicada no 6.º suplemento ao *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 302, de 31 de Dezembro de 1996.

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 296/91, de 16 de Agosto;

Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Local de trabalho — Centro de Saúde das Taipas.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga indicada no n.º 1 e caduca com o seu preenchimento.

5 — Remuneração e regalias sociais:

5.1 — A remuneração será a correspondente ao estabelecido no anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e demais legislação complementar;

5.2 — As regalias sociais são as genericamente vigentes para a Administração Pública.

6 — Conteúdo funcional — ao técnico superior de serviço social cabe, designadamente:

Participar na definição da política de saúde, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas;

Intervir individualmente, informando e encaminhando os utentes;

Intervir na comunidade, estimulando a coordenação e cooperação entre os serviços de saúde e outras instituições ou organismos existentes na comunidade;

Participar no trabalho às equipas, nomeadamente nas dos grupos de risco; e

Colaborar na educação para a saúde.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — os previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, ou seja, ser detentor da categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de serviço social com, pelo menos, três anos na respectiva categoria classificados de *Bom*.

8 — Método de selecção e sistema de classificação final:

8.1 — Método de selecção — será utilizada a avaliação curricular, realizada nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

8.2 — Sistema de classificação final — a classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovado o candidato que obtiver classificação final inferior a 9,5 valores.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante apresentação de requerimento dirigido ao coordenador da Sub-Região de Saúde de Braga, elaborado nos termos legais e entregue, conjuntamente com os documentos que as devam instruir, na secretaria dos serviços de âmbito sub-regional, sita no Largo de Paulo Orósio, 4700-036 Braga, pessoalmente ou através de carta registada com aviso de recepção.

10.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, estado civil, naturalidade, número, arquivo de identificação e data de validade do bilhete de identidade, residência e número de telefone);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Categoria profissional e estabelecimento a que se encontra vinculado;

d) Pedido de admissão ao concurso a que se habilita, com a identificação do mesmo mediante referência ao número, à data e à página do *Diário da República* onde se encontra publicado este aviso;

e) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne todos os requisitos gerais de admissão ao concurso e de provimento em funções públicas, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, a qual dispensa a apresentação dos documentos comprovativos da sua posse;

f) Indicação dos documentos que acompanham o requerimento.

10.2 — Para além do requerimento, deverão ainda instruir o processo de candidatura os seguintes documentos:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;

b) Declaração, actualizada, emitida pelo serviço a que o candidato pertence, a qual comprove, inequivocamente, a posse dos requisitos especiais mencionados no n.º 7.2;

c) Três exemplares do currículo profissional, datados, assinados e devidamente documentados.

11 — A não instrução do processo de candidatura de acordo com o estipulado neste aviso implicará a exclusão do candidato.

12 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas nos serviços de âmbito sub-regional desta Sub-Região de Saúde, sitos no Largo de Paulo Orósio, 2.º, Braga.

13 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Teresa Araújo Marques, assessora principal da carreira técnica superior de serviço social.

Vogais efectivos:

Maria Teresa Castro Albuquerque Rocha Gonçalves Nogueira, técnica superior principal da carreira técnica superior de serviço social, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Ana Isabel Francisco Bessa Peixoto, assessora da carreira técnica superior de serviço social.

Vogais suplentes:

Maria da Graça Monteiro Raposo, assessora principal da carreira técnica superior de serviço social.

Maria Helena Pelicano Antunes, assessora da carreira técnica superior de serviço social.

30 de Novembro de 2006. — O Coordenador, *José Agostinho Dias de Castro e Freitas*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospital Distrital de São João da Madeira

Despacho (extracto) n.º 26 169/2006

Por despacho do conselho de administração do Hospital Distrital de São João da Madeira de 29 de Novembro de 2006, foram nomeadas definitivamente auxiliares de acção médica principal, após concurso interno de acesso misto, as auxiliares de acção médica Ana Cristina de Castro Azevedo, Belmiro de Carvalho, Clementina Raposo Ribeiro Monteiro, Domingos Manuel Figueira Leitão, Elvira dos Santos Paiva, Fernanda Maria Fernandes Almeida, Helena Isabel Teixeira Bastos, José Luís Catela Reis, Manuela do Nascimento Gomes Teixeira, Margarida Gomes de Pinho Neves Cabo, Maria Alice Carvalho Costa,

Maria Alice dos Santos Rodrigues, Maria de Lurdes Alves Gomes, Maria de Lurdes Castro Moreira, Maria de Lurdes da Costa Santana, Maria de Lurdes Soares Gomes da Silva Farinha, Maria do Céu Gomes Duarte, Maria do Céu Ribeiro da Costa, Maria Luísa Leite Rodrigues Neto, Maria Margarida da Silva Bastos, Maria Silvina Lima Oliveira, Paula Cristina Valente Silva, Rosa Maria da Silva Murteira, Rita Maria de Sá Freitas Almeida, Rosalina Lucília Dias Ferreira e Sandra Carina Valente da Silva, ficando exoneradas da categoria anterior à data aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2006. — O Vogal Executivo, *José Duarte da Costa*.

Hospital de Sousa Martins

Deliberação n.º 1790/2006

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins, Guarda, de 4 de Dezembro de 2006, foram nomeadas definitivamente enfermeiras especialistas do quadro de pessoal deste Hospital Cristina Isabel Rodrigues Eusébio e Irene Maria Amaral Garcia da Silva, às quais corresponde o escalão 3, índice 175, da estrutura remuneratória da carreira de enfermagem, considerando-se exoneradas da anterior categoria à data da aceitação do novo lugar.

6 de Dezembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Manuela dos Santos Bandarra Veiga*.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Delegação do Porto

Despacho n.º 26 170/2006

Por despachos de 8 de Setembro e 16 de Outubro de 2006, respectivamente do director da Delegação do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) e do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte, foi a Maria de Fátima Saavedra Barroso, técnica de 2.ª classe da carreira de técnicos de diagnóstico e terapêutica (profissão análises clínicas e saúde pública), do quadro de pessoal do Hospital Geral de Santo António, E. P. E., autorizada a transferência para igual categoria do quadro de pessoal da Delegação do INSA.

A presente transferência produz efeitos a 13 de Novembro de 2006, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

28 de Novembro de 2006. — O Director, *Manuel Gomes Afonso*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Despacho n.º 26 171/2006

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor da Escola Portuguesa de Moçambique a seguir indicado, que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2003-2004, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensado do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Universidade de Lisboa — Faculdade de Ciências

3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário

530:

Luís Manuel Henriques Antunes 14

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004.

7 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *Diogo Simões Pereira*.

Classificação
profissional
—
Valores

Direcção Regional de Educação do Algarve

Agrupamento de Escolas Albufeira Poente

Aviso n.º 13 741/2006

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores da escola sede do Agrupamento de Escolas Albufeira Poente a lista de antiguidade do pessoal docente com referência a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

25 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Domingos Augusto Ramos Mendes*.

Escola Secundária de Vila Real de Santo António

Aviso n.º 13 742/2006

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o disposto no artigo 132.º do estatuto da carreira docente, faz-se público que se encontra afixada nesta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

13 de Novembro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Cristina Maria do Rodrigues da Silveira*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Agrupamento de Escolas do Conde de Castelo Melhor

Aviso n.º 13 743/2006

Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do estatuto da carreira docente, torna-se público que se encontra afixada no *placard* da EB2 do Conde de Castelo Melhor a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamar ao dirigente máximo do serviço.

6 de Dezembro de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Executivo, *Célia Teresa Ferreira Fernandes Ângelo*.

Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz

Aviso n.º 13 744/2006

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi afixada nos locais habituais deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal docente com referência a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

7 de Dezembro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Adelino Mário Graça Matos*.

Agrupamento de Escolas de Mira de Aire e Alvaços

Aviso n.º 13 745/2006

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento de Escolas reportada a 31 de Agosto de 2006.